



9053722



08007.001629/2019-37

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****Nota Técnica n.º 5/2019/NUSTA/CDHO/CGGP/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08007.001629/2019-37****INTERESSADO: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas****1. OBJETO**

1.1. Trata-se da análise do Pregão Eletrônico nº 07/2019, cujo o objetivo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, com vistas a gestão das bolsas de estágio do Ministério da Justiça e Segurança Pública MJSP (Órgão Central), da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal - DF (COREG-AN) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), unidades integrantes da estrutura desta Pasta, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência (8703974).

1.2. Em atendimento ao Despacho nº 115/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE, que solicita manifestação dessa área demandante quanto a proposta comercial encaminhada pela empresa **BRASILIA PLANEJAMENTO EM RECURSOS HUMANOS LTDA**, portador do CNPJ nº 07.454.690/0001-06, que foi classificada como 1º (primeira) colocada no Pregão 07/2019 (9046562), este documento tem o objetivo de realizar a análise dos documentos encaminhados (9048673) quanto ao atendimento das cláusulas constantes no Termo de Referência (8785178), no que concerne à exequibilidade dos valores ofertados, a especificação do objeto e habilitação técnica da licitante.

2. ANÁLISE

2.1. Após análise preliminar da documentação apresentada inferiu-se a necessidade de realização de diligência. Tendo em vista que a empresa em tela é a mesma que tem contrato de agente de integração de estágio vigente com este Ministério e, atualmente, os termos de compromisso de estágio são assinados manualmente, faz-se prudente efetuar diligência no sentido de se verificar se a empresa tem condições de implantar sistema informatizado para a gestão das vagas de estágio e assinatura eletrônica dos termos de compromisso por todas as partes, em atendimento aos itens 5.1.2 ao 5.1.3.8 (requisitos de contratação) do Termo de Referência.

5.1.2 Para dar celeridade e transparência aos procedimentos de contratação e desligamento dos estagiários, o Agente de Integração deve possuir **sistema informatizado**, disponível via web, facilitando os trâmites administrativos, desde a contratação até o término de cada TCE, incluindo a assinatura desses de forma digital.

5.1.3 O sistema deve absorver de forma informatizada as seguintes atividades:

5.1.3.1 Gestão da quantidade de bolsas ocupadas, disponíveis e com preenchimento em andamento;

5.1.3.2 Cadastro dos candidatos e estagiários;

5.1.3.3 Banco de dados com informações dos estagiários ativos;

5.1.3.4 Solicitação de candidato para cada vaga;

5.1.3.5 Aprovação de candidato para cada vaga;

5.1.3.6 Elaboração de TCEs, renovações contratuais, termos aditivos e rescisões, com alertas sobre pendências;

5.1.3.7 Acompanhamento automatizado dos períodos dos recessos, sinalizando quando o direito for adquirido, e quantos dias podem ser usufruídos (cálculo de acordo com o tempo de estágio);

5.1.3.8 Realização de avaliações semestrais individuais.

3. CONCLUSÃO

3.1. Ante o exposto, solicitamos que a empresa seja diligenciada na forma proposta.

LUCAS CHAVES FERNANDES

Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação

QUEILA CÂNDIDA FERREIRA MORAIS

Coordenadora de Desenvolvimento Humano-Organizacional



Documento assinado eletronicamente por **QUEILA CÂNDIDA FERREIRA MORAIS, Coordenador(a) de Desenvolvimento Humano-Organizacional**, em 26/06/2019, às 12:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS CHAVES FERNANDES, Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação**, em 26/06/2019, às 12:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9053722** e o código CRC **C98B4AE7**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.